

# As crianças voltam para casa: medida de abrigo cumprida

Maria Ignez Costa Moreira <sup>(1)</sup>

Isabella Teixeira Pires Ciatti <sup>(2)</sup>

Mariana Costa <sup>(3)</sup>

## Resumo

As reflexões que são apresentadas neste artigo vêm sendo tecidas no Núcleo de Pesquisa e Intervenção Família e Infância do Instituto de Psicologia da PUC Minas, que congrega alunos de graduação e pós-graduação e professores envolvidos em atividades de extensão, ensino e pesquisa. Desde 2006 tem sido desenvolvida uma intervenção psicossocial em uma casa abrigo que atende crianças entre zero e seis anos de idade na cidade de Belo Horizonte, como atividade de um Projeto de Extensão. Este trabalho tem sido guiado pelas concepções sistêmicas e sócio-histórica, e à luz dessas concepções serão apresentados e discutidos dois processos de abrigamento que resultaram no retorno das crianças para as famílias de origem.

## Palavras-chave

(1) Criança; (2) Medida sócio-protetiva de abrigo; (3) Família; (4) Educadores; (5) Intervenção psicossocial.

## Abstract

The reflections presented in this article have been developed in the Family and Childhood Nucleus of Research and Intervention of the Psychology Institute of PUC Minas, which gathers undergraduate and graduate students and faculty involved in teaching, research and extension activities. Since 2006 a psycho-social intervention has been carried out in a house that shelters children from zero to six years of age in Belo Horizonte (Minas Gerais State, Brazil), as an Extension Project activity. This work has been oriented by systemic, social and historical conceptions. In the light of those conceptions, two sheltering processes that have resulted in the children returning to their original families are presented and discussed.

## Keywords

(1) Child; (2) Social and protective sheltering measure; (3) Family; (4) Educators; (5) Psycho-social intervention.

<sup>(1)</sup> Psicóloga, doutora em Psicologia Social, professora do Instituto de Psicologia da PUC Minas e coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Intervenção Família e Infância.

<sup>(2)</sup> Psicóloga graduada pela PUC Minas. Membro do Núcleo de Pesquisa e Intervenção Família e Infância.

<sup>(3)</sup> Psicóloga graduada pela PUC Minas. Membro do Núcleo de Pesquisa e Intervenção Família e Infância.

## Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), marco inovador na legislação brasileira, estabelece que crianças e adolescentes têm o direito à convivência familiar e, em casos excepcionais quando há a constatação de violação de direitos e de risco pessoal e social o ECA estabelece a medida sócio-protetiva de abrigo. No período do abrigamento espera-se que a rede de atendimento reúna seus esforços no sentido de superar as condições que resultaram na retirada das crianças e dos adolescentes do convívio familiar, possibilitando o retorno dos mesmos à família de origem.

Nos casos em que o retorno à família de origem é impossível o ECA prevê a inclusão das crianças e dos adolescentes em família substituta. Recentemente Lei 12.010 de 03 de Agosto de 2009, dispõe sobre a possibilidade de inclusão também na família extensa formada pelos avós, tios, primos, e demais membros com os quais as crianças e os adolescentes mantenham vínculos afetivos. Encontramos no discurso legal a centralidade da família, entende-se que os laços psicossociais estabelecidos na família são fundamentais para o desenvolvimento de laços sociais e comunitários mais amplos, e estes por sua vez possibilitam o exercício pleno da cidadania.

As entidades de abrigo têm as funções de acolher as crianças e os adolescentes e, de contribuir, como parte da rede de assistência, para restaurar e fortalecer os vínculos com a família de origem ou extensa, e em casos de inclusão em famílias substitutas estabelecer a mediação para que as crianças possam construir novos vínculos afetivos.

A medida sócio-protetiva de abrigo tem caráter excepcional e provisório, e neste sentido o ECA é também inovador quando rompe com as práticas anteriores de internação das crianças até que as mesmas completassem 18 anos em instituições totais, ou seja, em instituições que segregavam e impediam a convivência familiar e comunitária. Portanto as ações cotidianas nas entida-

des de abrigo não devem favorecer a longa permanência de crianças e adolescentes, mas ao contrário concorrer para que as mesmas não permaneçam institucionalizadas.

O cotidiano do trabalho em entidades de abrigo, baseados nos princípios do ECA, desafia constantemente todos os implicados. Os responsáveis pelas entidades de abrigo têm produzido várias demandas que são dirigidas à universidade, entre elas a de capacitação permanente de seus educadores e o atendimento das crianças e das famílias. Desde 2006 um grupo de professores e alunos de graduação e pós-graduação em psicologia através de estágio curricular supervisionado, da extensão e pesquisa assumiram o desafio de trabalhar no campo das medidas sócio-protetivas. Nossa experiência tem mostrado que as trocas estabelecidas são muito ricas e, que têm contribuído significativamente para a formação de profissionais em psicologia sensíveis à realidade de muitas crianças e adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social e pessoal.

### As opções teórico-metodológicas

Nosso trabalho com a entidade de abrigo ancora-se nas teorias sistêmicas e na compreensão do sujeito como sócio-histórico. Uma visão sistêmica de mundo implica três dimensões como enfatiza Vasconcellos (2005): a da complexidade, da instabilidade e da objetividade entre parênteses. Pensar a complexidade é considerar que nada está isolado, tudo se conecta e se afeta reciprocamente. Portanto, é pensar estas relações e considerar o contexto. A instabilidade nos remete à imprevisibilidade, uma vez que pensamos um mundo que está "em processo de tornar-se", não podendo assim prever e controlar os acontecimentos, acreditando na possibilidade de auto-organização dos sistemas.

No contexto da entidade de abrigo constatamos a dimensão da complexidade, a necessidade de não simplificá-la, e não fragmentar os seus elementos, evitando comprometer a possibilidade de intervenção. A situação mostra como é necessário que se amplie o atendimento das crianças abrigadas, não só na inclusão de suas respectivas famílias, mas, também, da rede social na qual estão inseridas.

Dois conceitos advindos do marco das teorias sistêmicas são tomados como guias teórico-metodológicos neste trabalho. O primeiro é o de sistema amplo entendido como aquele que vai além de uma família, podendo ser constituído por uma instituição, por uma equipe multidisciplinar, pelas escolas, pelo sistema de saúde, entre outros (Aun, 1995).

Para a realização da intervenção psicossocial nos equipamentos sociais envolvidos nas medidas protetivas do ponto de vista sistêmico é preciso observar alguns aspectos, tais como não simplificar, preservar a complexidade, ou seja, o reconhecimento dos processos recursivos - afetação recíproca e complexa entre os elementos do sistema; considerar o sistema como auto-organizador e autônomo. Aun (2005) define "autonomia como um contexto que permite que as pessoas definam o que é real para si próprias, possam agir de acordo com essas definições e assumir responsabilidade por essas ações mediante acordos consensuais" (Aun, 2005, p. 129).

O outro conceito o de sistema definido pelo problema foi desenvolvido por Goolishian & Winderman (1989). O sistema definido pelo problema é aquele que se constitui por todos os que mantêm uma conversação sobre o problema e que, de alguma forma estão envolvidos, incluindo os profissionais da área da assistência social, da psicologia, do direito, os conselheiros tutelares e educadores das entidades de abrigo, as famílias e as crianças. Na lógica do sistema definido pelo problema todos através de uma conversação, podem trazer seus olhares, suas vozes contribuindo com a problematização e solução das questões.

A visão sistêmica pressupõe implicações éticas, no sentido de que toma todos os profissionais e os membros da família nuclear pais e filhos, mas também os membros da família extensa avós, tios entre outros, envolvidos na rede como "construtores de contextos", ou seja, eles são co-construtores da realidade, ou seja, todos são sujeitos ativos imersos num contexto sócio-histórico.

Esta interação é capaz de modificar a um só tempo a realidade e a subjetividade dos indivíduos envolvidos nesta rede. González Rey (2004) considera que a subjetividade é um sistema permanentemente em processo, mas com formas de organização que são difíceis de descrever e que,

O Social em Questão

portanto, epistemologicamente, não são acessíveis à descrição. A subjetividade é da ordem do constituído, mas representa uma forma de constituição que, por sua vez, é permanentemente reconstituída pelas ações dos sujeitos dentro dos diversos cenários sociais em que atuam (González Rey, 2004, p. 126).

González Rey (2004) nos possibilita compreender a subjetividade como um processo de construção contínuo, mas não linear, a partir da ótica de um sujeito sócio-histórico e ativo. Além disso, as dimensões propostas pelas teorias sistêmicas e sócio-histórica contribuem para a superação das dicotomias entre "o mundo interno" e o "mundo externo". O sujeito é construtor ativo da sua realidade e, produz sentidos para ela. Esta construção não se faz de modo isolado, mas em constante interação.

Este guia teórico se articula às opções metodológicas do trabalho no sentido de buscar construir espaços que possibilitam a expressão e elaboração das vivências de todos os envolvidos na tarefa de realizar a medida sócio-protetiva de abrigo em entidade. Deste modo todos os sujeitos são considerados em suas falas, e esta posição revela algumas ordens hierárquicas e algumas distâncias entre as intenções e os gestos. Por exemplo, a criança é sujeito de direitos, portanto um sujeito que fala. Mas, sua fala tem sido de fato considerada?

Outro elemento fragilizado no sistema é a família, e a desqualificação da família tem revelado algumas contradições na prática cotidiana. A relação entre a família e a entidade de abrigo é permeada de muitas tensões e desconfianças que dificultam a potencialização dos recursos sócio-afetivos das famílias, bem como a responsabilização das mesmas pelo cuidado com as crianças. Muitas vezes, especialmente as mães, pois na maioria das vezes trata-se de famílias mononucleares femininas, são tuteladas.

Entre os desafios presentes na prática do abrigo está aquele da realização do direito da convivência familiar das crianças, ou seja, o abrigo é mais um dispositivo que deve promover este direito e, não um dispositivo que afaste definitivamente a família. A construção da volta para casa se inicia no momento da acolhida da criança na entidade. A transitoriedade e imprevisibilidade são dois elementos que atravessam as relações entre as crianças, os educado-

res da casa abrigo e suas famílias. A transitoriedade, posto que o ECA prevê que a medida é excepcional e provisória. A imprevisibilidade, uma vez que é impossível prever quando uma criança chega ou, quando uma criança será efetivamente desligada da entidade de abrigo.

A situação dos educadores<sup>1</sup> que trabalham nas entidades de abrigo é permeada de muitas tensões. Eles são responsáveis pelo cumprimento da medida sócio-protetiva de abrigo, mas as dificuldades de comunicação entre os diversos pontos da rede faz com que muitas vezes eles não sejam escutados, não sejam informados com clareza sobre os processos que envolve as crianças acolhidas em seu local de trabalho. É ambígua a relação destes educadores com as crianças, ora estabelecem vínculos afetivos ora se defendem destes vínculos, pois sabem que a situação é transitória e, muitas vezes vivem o desligamento da criança da entidade como uma perda.

Entendemos que nosso trabalho guarda a dimensão da intervenção psicossocial, uma vez que consideramos que as dimensões psicológica e social não estão separadas, mas articuladas nos processos de subjetivação. Deste modo, as reflexões em torno da medida sócio-protetiva de abrigo, têm destacado três dimensões: da universalidade, da particularidade e da singularidade. Entendemos que estas dimensões estão articuladas pela lógica dialética. A dimensão da universalidade diz respeito ao texto legal do ECA que afirma que todas as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, encontramos também a dimensão da universalidade nos ordenamentos da política pública que estabelecem as diretrizes para que tais direitos possam ser vividos em sua plenitude. A dimensão da particularidade é a dimensão da entidade que é encarregada da execução da medida, os ordenamentos que regem aquela instituição em particular são guiados pelos princípios maiores da lei, da regulação da política pública, mas são interpretados e transformados na realidade particular daquela entidade. A passagem do nível universal para o particular gera contradições, no sentido de reinterpretações e produ-

---

<sup>1</sup> Em Belo Horizonte as entidades têm nomeado seus trabalhadores como "educadores", entendendo-se a prática educativa em sentido ampliado, que envolve também as ações de cuidado e a socialização de crianças e adolescentes.

ção de novos sentidos. Vamos encontrar a dimensão da singularidade nas crianças e suas famílias, que são as destinatárias da medida sócio-protetiva. Elas encarnam a dimensão universal, uma vez que são sujeitos de direitos, elas vivem no contexto particular da entidade na qual estão abrigadas, mas elas por sua vez, produzem sentidos singulares para as suas vivências.

Os sentidos singulares serão exemplificados em dois fragmentos de atendimentos e, pretendemos salientar na dimensão singular os vestígios das intenções universais e das práticas particulares. Estas duas experiências resultaram na volta das crianças para casa, ou seja, no pleno cumprimento da medida sócio-protetiva de abrigo.

### Ana e Diana<sup>2</sup>: mãe e filha, seus desencontros e encontros

Diana tem cinco anos de idade, e vivia a dois anos em entidade, no momento do atendimento estava em seu segundo abrigo. Os motivos que levaram à aplicação da medida sócio-protetiva foram a carência econômica, as condições precárias de moradia da família, o abandono, os maus-tratos e a negligência dos pais, (embora os registros informem que a mãe levava os filhos ao Centro de Saúde), o alcoolismo dos pais, a violência conjugal e a suspeita de abuso sexual por parte do irmão.

A história de Diana ilustra alguns desvios no encaminhamento da medida, o primeiro deles o tempo de permanência no abrigo.

Quando acolhida pela segunda vez Diana foi incluída nas atividades do projeto de Extensão e, atendida individualmente por uma estagiária. O recurso escolhido para o atendimento psicoterápico com Diana foi o psicodrama:

O método do Psicodrama usa a representação dramática (a cena) como núcleo de abordagem e exploração do ser humano e seus vínculos. A ação, unida a palavra, brinda um mais completo desdobramento do conflito, do drama que ocupa o protagonista no espaço dramático. Na cena, o indivíduo pode representar seus conflitos passados e presentes, e também vomitar seus temores, expectativas, projetos e dúvidas sobre o futuro, explorando suas relações com o presente e o passado (Garcia, 1986, p. 209).

---

<sup>2</sup> Todos os nomes citados são fictícios

O psicodrama tem uma dimensão lúdica e permite a expressão tanto não-verbal como verbal da criança. Diana pôde trazer para aquela cena todos os personagens significativos de sua história, expressar seus sentimentos, compreender alguns aspectos de seu contexto e verbalizar suas demandas. Inicialmente a sua comunicação era mais pré-verbal do que verbal e Diana realizava brincadeiras nas quais o próprio corpo era o instrumento mais utilizado.

Na fase seguinte a brincadeira era a de "mamãe" e "filhinha". A princípio ela escolhia o papel de mãe e à estagiária era dado o papel de "filhinha". No papel de mãe Diana era muito brava, impaciente e ameaçava a filha constantemente. Aos poucos Diana começou a inverter os papéis e, ocupar o lugar da filhinha-bebê, apresentava então comportamentos regredidos, pedia para mamar no peito, para que a mãe desse banho nela, que dormisse com ela, queria sempre ficar no colo e na maior parte do tempo não articulava nenhuma palavra, apenas balbuciava.

Após algum tempo Diana pôde crescer e ser a filha criança, e durante as brincadeiras foi mostrando a conquista de sua independência, dormir e tomar banho sozinha. A inversão de papéis, técnica psicodramática, foi vivenciada de forma mais flexível e espontânea. Outros papeis foram surgindo, tais como o de professora e aluna, de educadora da Casa, de amigo e de criança abrigada, o que contribuiu para ampliação da visão da criança sobre o seu mundo.

Durante os atendimentos o vínculo de confiança que começava a ser construído com a terapeuta era constantemente testado, ora Diana xingava "você é burra" ora mostrava-se gentil "você é meu amor", ela buscava provocar uma reação da estagiária dizendo "você esta com raiva de mim", "você vai me por de castigo". Durante as sessões psicodramáticas Diana começou a falar de sua mãe "eu não vou mais para a casa da minha mãe, ela não quer eu lá porque eu sou culpada do que o meu irmão fez", o abrigo parecia ser vivenciado por Diana como uma forma de sua mãe castigá-la. Diana aos poucos começou a expressar muita raiva da mãe e reagia à sua partida nos dias de visita: "ela sempre foi embora... eu falei pra ela mãe não ir embora e ela foi, eu vou falar pra ela não vir aqui mais, e aí ela não vai ter mais filha e eu não vou ter mais mãe". Aos poucos a criança vai conseguindo expressar o

O Social em Questão



que realmente gostaria que acontecesse "eu não quero que ela vai embora, eu quero que ela fica aqui, dorme aqui".

Diana nos mostra que se consideramos que as crianças são sujeitos de direitos e, que falam, precisamos nos colocar em posição de escutá-la, e para tanto é preciso escolher meios que facilitem a expressão, e neste sentido as atividades lúdica e dramática revelaram-se excelentes mediadores para a expressão de Diana.

A expressão singular de Diana, a produção de sentido que ela constrói para as suas experiências não se dá no vácuo, mas em um contexto. Diana sofre a ausência de sua mãe, as despedidas após cada visita eram vividas por ela como abandonos repetidos. A regra particular da entidade reforçava o sentimento de Diana, uma vez que elas eram permitidas somente a cada quinze dias. Para uma criança de cinco anos este é um espaço de tempo demasiado grande e esta regra não favorecia a restauração e o fortalecimento dos vínculos afetivos entre mãe e filha.

Paralelo ao atendimento desenvolvido com Diana procurou-se estabelecer um contato com os seus pais e conhecer a história familiar. A família de Diana era atendida pela rede de apoio psicossocial através de alguns serviços: Setor de Estudos Familiares - SEF da Vara Cível da Infância e Juventude; pelo Serviço de Orientação Sócio-Familiar - SOSF e Serviço de Apoio à Reintegração Familiar - SARF, ambos da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte. Ela estava também cadastrada em um programa de renda mínima. As crianças como já apontado estavam em entidade de abrigo. Durante o processo houve uma reunião com os técnicos dos diversos serviços com a presença da estagiária do Projeto de Extensão. Esta reunião foi um momento muito importante para o exercício de conexão da rede e de circulação de informações.

Ana, a mãe de Diana tinha 30 anos e no momento do atendimento, tinha quatro filhos, sendo que três destes com pais diferentes. Todos os seus filhos estavam abrigados, mas em entidades distintas, embora a recomendação seja de que os irmãos não sejam separados, percebemos que muitas vezes a operacionalização dos serviços nega não somente a universalidade da Lei,

mas os sentidos afetivos da convivência entre os irmãos. Segundo o relato de Ana os seus relacionamentos conjugais sempre foram permeados pela violência. João, pai de Diana compareceu uma única vez ao atendimento. Já Ana, sempre foi aos atendimentos e sempre visitava a filha. Dos diversos pontos da rede a mãe de Diana recebeu orientações de variados tons: como ela fazia uso abusivo de bebida alcoólica foi orientada a freqüentar os Alcoólicos Anônimos - AA, acatando a indicação. Suas queixas de violência conjugal foram acolhidas e ela foi encaminhada para um grupo de mulheres que sofreram violência, na Associação Municipal de Assistência Social - AMAS.

Ela também foi encaminhada para um Grupo de Mães. Foi orientada, pela entidade de abrigo, a se separar do atual companheiro, pois de outro modo seria muito difícil receber os seus filhos de volta. Novamente ela acatou a instrução, após a separação do companheiro, o pai de Diana, ela foi morar na casa de sua mãe, período de muitos conflitos e de extremo ócio.

Ana fez sua carteira de trabalho e preencheu uma ficha de solicitação de emprego no Sistema Nacional de Empregos - SINE. Ana nunca teve emprego, não tinha experiência em nenhuma área, o que estava dificultando a sua inserção no mercado de trabalho. Os serviços de apoio social nos quais ela estava inscrita estavam providenciando sua matrícula em um curso de capacitação para emprego. Ao longo do processo ela conheceu um novo parceiro, que diferentemente de suas outras experiências, não era um homem violento. Pode-se perceber alguns avanços e o início da construção da autonomia por parte de Ana, a qual foi mediada por vários pontos da rede.

Ela mostrava que estava se esforçando para preencher os requisitos básicos para ter os filhos de volta em sua companhia. Ia a todas as reuniões para as quais era chamada. Estava conseguindo morar sozinha, ficava com as crianças aos finais de semana, estava disposta a arrumar um emprego. Diante de todos os esforços feitos por ela foi aprovado no Juizado o desligamento gradativo de Diana e seus irmãos da entidade de abrigo, e as crianças foram liberadas para passar os finais de semana com a mãe.

A mãe de Diana necessitou durante este tempo de ser nutrida e reconhecida para pudesse exercer o seu papel: ser cuidada para cuidar. Seu movimento

O Social em Questão

em busca dos filhos não foi linear, foi permeado de resistências, de recuos, de idas e vindas. A volta de seus filhos para casa certamente não será o fim dos conflitos e dificuldades da família, mas talvez o tempo de abrigo das crianças e a inclusão desta família em uma rede possa ter contribuído para potencializar os recursos desta família.

### **Matheus: eu tenho um pai só meu**

Matheus é um menino de oito anos de idade, abrigado pela primeira vez aos dois anos de idade por um período de um ano e cinco meses. O segundo abrigo, se deu quando ele estava com seis anos e meio, e já durava um ano e seis meses. O último abrigo foi realizado através da Polícia Militar, que havia recebido a denúncia de que a criança e seus irmãos foram encontrados abandonados. Matheus estava despido, com ferimentos pelo corpo e, na casa não havia comida. A mãe de Matheus não comparecia em sua casa havia três dias, e segundo os relatos obtidos ela morava em seu próprio local de trabalho. A mãe de Matheus é solteira, e ele tem seis irmãos, entre eles duas irmãs gêmeas, dos quais quatro são filhos de pais diferentes. A criança havia sido transferida há três meses, para outra casa da mesma entidade, onde se encontra uma de suas irmãs. A transferência foi justificada pela equipe de educadores e pela coordenadora da Casa onde Matheus esteve abrigado por um ano e três meses na companhia de três irmãos, por ser considerado muito agressivo. Após a mudança de abrigo Matheus passou a ser atendido na Clínica-escola de Psicologia da PUC Minas. Nesta mesma época também foi possível resgatar o contato com o pai de Matheus, que também é solteiro e trabalha à noite como DJ.

A mãe de Matheus e a equipe da entidade queixavam-se de que ele era muito agressivo, que frequentemente tinha crises de agressividade e agitação. Em um desses episódios ele foi contido fisicamente pela mãe, que chegou em uma ocasião a amarrá-lo na cama. Depois de abrigado, as crises de agressividade e agitação de Matheus continuaram, e a coordenação do abrigo buscou atendimento psiquiátrico, a criança chegou a ser medicada, mas Matheus continuou apresentando episódios violentos seguidos de intensa so-

nolência. A agressividade de Matheus não pôde num primeiro momento ser entendida como uma forma de linguagem, como expressão de sua angústia, de seu medo, de seu desamparo.

Iniciado o processo terapêutico Matheus informou que na sua família "são sete filhos e seis pais, porque tem duas gêmeas". Durante as sessões revelou que entendia a composição de sua família e, reivindicava o seu pai. A busca de Matheus pelo pai, um pai só seu, foi percebida como uma forma de garantir a sua diferenciação, um pedido de contenção.

A mudança de abrigo possibilitou a Matheus o contato com uma situação nova, e ele finalmente pode ser escutado na sua singularidade. Maturana (2003) entende que o observador não pode pretender ter acesso a uma realidade independente dele próprio. A mudança de abrigo possibilitou a mudança do olhar de toda a equipe em relação a Matheus, permitindo uma nova condução do seu caso, permitindo a construção de um caminho de volta para a casa. A criança que sempre solicitou a presença do seu pai passou a receber suas visitas e, em seguida a passar os finais de semana na casa do seu pai.

Parece que a escuta de Matheus foi atravessada por algumas dificuldades associadas a significados cristalizados em relação à criança e à família. Em relação à criança a idéia de que considerar o que ela diz, e no caso singular de Matheus buscar realizar o seu desejo de aproximação com o seu pai, pudesse significar colocar Matheus numa posição tirânica em relação aos adultos. Interessante notar que Matheus só pôde deixar de ameaçar fisicamente todos à sua volta quando passou a ser de fato escutado e considerado.

O outro atravessamento é o do significado cristalizado de família, como sendo família nuclear conjugal, o que no caso de Matheus não se configurava. Por outro lado, também fugia às expectativas o fato de Matheus não reivindicar a sua mãe, mas seu pai. Percebemos que o discurso da centralidade da família encobre muitas vezes a centralidade na figura da mãe ou das mulheres da família, ainda não temos como prática corrente a convocação dos pais para a tarefa do cuidado, muitas vezes a convocação dos homens fica restrita ao pagamento da pensão e à comprovação de paternidade.

A história de Matheus traz a lição de que é preciso considerar a singulari-

O Social em Questão

dade de cada história, para que a medida sócio-protetiva de abrigo que reflete um direito universal de todas as crianças e adolescentes pela convivência familiar seja respeitado. A entidade de abrigo, na particularidade de seu cotidiano tem papel fundamental na mediação que possibilita o retorno da criança.

### À guisa de conclusão

A partir das reflexões traçadas neste artigo gostaríamos de ressaltar três grandes aspectos. O primeiro, diz respeito ao guia teórico-metodológico escolhido na condução deste trabalho que resalta a importância da consideração da medida sócio-protetiva como parte de um amplo sistema.

O segundo, da inclusão da universidade neste sistema tem permitido, de um lado, a construção conhecimento transformador e comprometido com a formação de um psicólogo sensível às questões das crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade e, de outro a construção do aprimoramento do serviço de acolhida prestado pelas entidades às famílias e suas crianças.

Finalmente, o terceiro aspecto a ser ressaltado é o da importância de considerar as diversas formas de expressão da criança, sujeito que fala, pois na sua singularidade encontramos alguns sinais que nos ajudam a melhor compreender as possibilidades e os impasses da realização do seu direito universal, posto pelo ECA, da convivência familiar e comunitária. É também na fala das crianças que encontramos algumas pistas que podem ajudar na tomada de decisões necessárias no nível particular das entidades que possibilitem a volta das crianças para as suas famílias de origem, seja a nuclear ou a extensa, ou para a criação de novos vínculos com aquelas famílias dispostas a adotá-las.

Recebido em junho de 2009, aceito para publicação em setembro de 2009

## Referências bibliográficas

AUN, Juliana Gontijo; VASCONCELLOS, Maria José Esteves de & COELHO, Sônia Vieira. **O processo de atendimento sistêmico. V.2. Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais.** Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, 2007.

GARCIA, Olga Albizuri. "Psicodrama". In: OSÓRIO, Luiz Carlos (org). **Grupoterapia hoje.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **O social na Psicologia e a Psicologia social. A emergência do sujeito.** Vozes: Petrópolis, 2004.

GOOLISHIAN, Harold A & WINDERMAN, Lee. "Constructivismo, autopoiesis y sistemas determinados por problemas". **Sistemas familiares.** Buenos Aires, ano 5, n. 3, dez 1989. p. 19-29

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. "Epistemologia sistêmica: pensamento sistêmico novo paradigmático". In: AUN, Juliana Gontijo; VASCONCELLOS, Maria José Esteves de & COELHO, Sônia Vieira. **Fundamentos teóricos e epistemológicos. V. 1. Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais.** Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, 2005.